



**CONSULTA PRÉVIA N.º 238/21/DCP/DEGD/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE  
CONSULTORIA TECNOLÓGICA PARA GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DE  
ESTRATÉGIAS TRANSVERSAIS DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA AP**

**Caderno de Encargos**





<b>Cláusulas Jurídicas</b>	<b>3</b>
Cláusula 1.ª Objeto	3
Cláusula 2.ª Local da prestação de serviços	3
Cláusula 3.ª Duração	3
Cláusula 4.ª Preço Contratual e Preços base unitários	3
Cláusula 5.ª Condições de pagamento	4
Cláusula 6.ª Propriedade intelectual	4
Cláusula 7.ª Sigilo	5
Cláusula 8.ª Proteção de dados	6
Cláusula 9.ª Cessão da posição contratual e subcontratação	7
Cláusula 10.ª Comunicações e notificações	7
Cláusula 11.ª Penalidades contratuais	8
Cláusula 12.ª Foro competente	8
Cláusula 13.ª Legislação aplicável	8
<b>Cláusulas Técnicas</b>	<b>9</b>
Cláusula 14.ª Descrição técnica do contrato	9
Cláusula 15.ª Requisitos específicos de implementação para o tratamento de dados pessoais	10
Cláusula 16.ª Acessibilidade e Usabilidade	11
Cláusula 17.ª Gestão de Dados	12
Cláusula 18.ª Requisitos específicos de implementação para a segurança da informação	13
Cláusula 19.ª Perfil técnico dos recursos a afetar aos serviços	14
Cláusula 20.ª Substituição das equipas	14
Cláusula 21.ª Entregáveis e documentação	15
Cláusula 22.ª Gestor do Contrato	15
Cláusula 23.ª Mecanismos formais de acompanhamento	16





## CLÁUSULAS JURÍDICAS

### Cláusula 1.ª

#### Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a Agência para a Modernização Administrativa, IP, (doravante abreviadamente designada por “AMA”), na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de Serviços de Consultoria para gestão e monitorização da Estratégia para a Transformação Digital da AP 21-26, Programas Simplex e outras estratégias transversais de Transformação Digital da Administração Pública, através de uma bolsa mínima estimada de 1893,14 horas, nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos.

### Cláusula 2.ª

#### Local da prestação de serviços

Os serviços serão prestados nas instalações do cocontratante ou nas instalações da AMA, em Lisboa, a indicar em sede de execução contratual, sempre que requerido pela AMA ou ainda remotamente sempre que se revele necessário.

### Cláusula 3.ª

#### Duração

1. O contrato inicia-se com a sua celebração e cessa a 31/12/2022, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
2. O contrato poderá cessar antes da data prevista no número anterior se esgotado o seu preço contratual.

### Cláusula 4.ª

#### Preço Contratual e Preços base unitários

1. O preço contratual é de € 74.990 (setenta e quatro mil novecentos e noventa euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. Os preços base unitários/hora é o seguinte:

Perfil	Preço base /hora
Consultor Funcional / Gestor de Programa Sénior	50,00 €/h
Consultor Tecnológico/ Gestor de Programa Júnior	35,00 €/h





3. São excluídas as propostas cujo valor seja superior aos preços base unitários/hora indicado no número anterior.
4. O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AMA, designadamente
  - a) Despesas com deslocações, estadias e despesas de alimentação;
  - b) Encargos com telecomunicações;
  - c) Seguro de acidentes de trabalho.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Condições de pagamento**

1. A faturação é emitida com periodicidade mensal, após o termo do período a que respeita, e após validação pela AMA do respetivo relatório mensal de horas consumidas no mês que antecede.
2. No caso de os relatórios mensais de horas consumidas não serem validados pela AMA, esta comunicará tal decisão ao contraente para que proceda à sua substituição.
3. As faturas devem discriminar os serviços a que se reportam, o número do contrato bem como o número de compromisso financeiro associado, o qual será indicado pela AMA, sob pena da sua devolução.
4. Caso as faturas não correspondam às folhas de horas previamente validadas pela AMA ou não estiverem suportadas em folhas de horas previamente validadas, as mesmas serão devolvidas ao cocontratante.
5. O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias a contar da data da receção das faturas correspondentes, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
6. As faturas deverão revestir a forma eletrónica, caso em que devem ser remetidos à AMA através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados para o Portal FEAP (Faturação Eletrónica na Administração Pública) disponibilizado pela ESPAP ou, caso não seja possível, para o endereço [provedores@ama.pt](mailto:provedores@ama.pt)
7. Só serão devidos os valores referentes às tarefas efetivamente prestadas e aceites nos termos do presente caderno de encargos.
8. O pagamento será realizado para o NIB/IBAN indicado em documento bancário apresentado pelo cocontratante o qual deverá ser atualizado sempre que necessário.
9. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da AMA, o cocontratante tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP e da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Propriedade intelectual**

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de





serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. O cocontratante obriga-se a transferir a posse e a propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a AMA incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, incluindo os previstos no n.º 4 do artigo 14.º e 49.º, ambos do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, bem como de outros direitos de propriedade intelectual, relativos aos serviços objeto do presente Caderno de Encargos, produtos dele resultantes nomeadamente, código fonte, documentação e elementos afins, bem como dos produtos consequentes a todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias.
3. O cocontratante entregará à AMA no termo do contrato toda a documentação e desenvolvimento, relativo aos trabalhos desenvolvidos, incluindo as respetivas fontes que serão propriedade da AMA.
4. A AMA poderá transformar e reproduzir todos os documentos e todo o software desenvolvido, bem como proceder à sua distribuição, onerosa ou gratuita, de forma inteiramente livre.
5. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Sigilo**

1. O cocontratante obriga-se a observar sigilo quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionada com a atividade da AMA ou qualquer outra entidade envolvida na execução do contrato.
2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O cocontratante obriga-se ainda a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados ou informações de carácter funcional ou processual dos serviços da Administração Pública a que tenha acesso na execução do contrato.
4. O cocontratante assume igualmente o compromisso de restituir, remover e destruir, no final do contrato, todo e qualquer registo, eletrónico ou em papel, relacionado com os dados e processos analisados, incluindo dados pessoais, e que a AMA lhe indique para esse efeito.
5. O cocontratante obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da AMA, nos termos legalmente previstos, relativamente à proteção de dados pessoais e à proteção jurídica de bases de dados.
6. Após ter conhecimento de alguma violação de dados pessoais o cocontratante notifica a AMA sem demora injustificada, em prazo inferior a 48 horas.





7. O cocontratante garante que terceiros que envolva na execução dos serviços respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Proteção de dados**

1. O Cocontratante é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), devendo, nomeadamente:
  - a) Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da Entidade Adjudicante, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso a Entidade Adjudicante desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
  - b) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
  - c) Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32.º do RGPD;
  - d) Garantir o cumprimento do RGPD, nas condições aqui previstas, quando pretenda contratar um subcontratante;
  - e) Tomar em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência à Entidade Adjudicante pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no capítulo III do RGPD;
  - f) Prestar assistência à Entidade Adjudicante no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor;
  - g) Consoante a escolha da Entidade Adjudicante, apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluído o contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
  - h) Disponibilizar à Entidade Adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, facilitando e contribuindo para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela Entidade Adjudicante ou por outro auditor por esta mandatado.
2. A Entidade Adjudicante, no caso de suspeitar de incumprimento do RGPD, pode notificar o Cocontratante para este, no prazo de 5 dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.





3. Caso o Cocontratante não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a Entidade Adjudicante fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do Cocontratante, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
4. No caso previsto no número anterior, a Entidade Adjudicante poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao Cocontratante, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.
5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do Cocontratante, este deverá, no prazo de 10 dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à Entidade Adjudicante.
6. O não cumprimento do RGPD, por facto imputável ao cocontratante, é considerado, para todos os efeitos, incumprimento definitivo, podendo a Entidade Adjudicante resolver o contrato, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP.
7. Caso o Cocontratante impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente cláusula, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato, por oposição reiterada ao exercício dos poderes de fiscalização, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Cessão da posição contratual e subcontratação**

1. O cocontratante não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia da AMA.
2. Nos casos de subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.
3. A subcontratação de prestações contratuais que envolvam o tratamento de dados pessoais carece de autorização prévia da AMA que deverá ser realizada nos termos legalmente previstos para o efeito.
4. O cocontratante é responsável pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do contrato, mesmo que seja realizado por subcontratado.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de se acordarem outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma nos termos previstos no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.





### **Cláusula 11.ª**

#### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a AMA pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento das regras para substituição dos recursos previstas na cláusula 20.ª até 0,2% do preço contratual por cada dia de incumprimento;
  - b) Pelo incumprimento da apresentação de documentos solicitados na cláusula 21.ª, até 1.500,00€;
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AMA tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
3. A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20 % do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a AMA decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 12.ª**

#### **Foro competente**

Para a resolução de todos os litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

### **Cláusula 13.ª**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso neste Caderno de Encargos, observar-se-á o previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.





## CLÁUSULAS TÉCNICAS

### Cláusula 14.<sup>a</sup>

#### Descrição técnica do contrato

1. O contrato a celebrar, no âmbito deste procedimento, tem como objeto a aquisição de serviços de consultoria para gestão e monitorização da Estratégia para a Transformação Digital da AP 21-26, Programas Simplex e outras estratégias transversais de transformação digital da Administração Pública, como reforço às equipas existentes na Direção de Estratégias e Governo Digital da AMA.
2. No âmbito deste contrato, estão incluídos os seguintes serviços:
  - a. Acompanhamento, dinamização e monitorização dos programas de Simplificação, nomeadamente das edições anuais do Programa Simplex, das Estratégias de Transformação da AP – nomeadamente da Estratégia para a Transformação Digital da AP 2021-2026 e consequente Plano de Ação para a Transformação Digital da AP 2021-2023 –, assim como o acompanhamento e monitorização da implementação da RCM 129/2021, entre outras que venham a ser criadas, envolvendo e suportando as atividades dos vários stakeholders: AMA, Direção do Comité Técnico do CTIC, tutela AMA, RIMA, áreas governamentais e Grupos de Trabalho;
  - b. Monitorizar, avaliar e reportar a implementação dos programas e iniciativas de simplificação, modernização e transformação da AP, nomeadamente dos programas Simplex e Estratégia de Transformação Digital da AP 21-26;
  - c. Atualizar anualmente (ou com a periodicidade indicada na legislação) as Estratégias de Transformação Digital da Administração Pública, nomeadamente Planos de Ação;
  - d. Dinamização da adoção de projetos de inovação, simplificação e de transformação digital na Administração Pública, designadamente nas vertentes de identificação, pilotagem e estudo da generalização de tendências que tenham elevado potencial transformador para o funcionamento da AP e do seu relacionamento com o Cidadão e Empresas;
  - e. Apoiar a Direção de Estratégias e Governo Digital da AMA no acompanhamento de iniciativas de Simplificação, de Modernização, de Transformação e de Transição Digital e ainda na gestão de contratos técnicos das áreas TIC;
  - f. Representação em fóruns nacionais e internacionais, nomeadamente com o objetivo de comunicar as estratégias nacionais para a simplificação, modernização e transformação digital a nível nacional e internacional e acompanhar e reportar atividades em grupos de trabalho



nacionais e internacionais com foco no Governo, Simplificação, Modernização e Transformação Digital a nível estratégico, nomeadamente junto da Comissão Europeia, OCDE, Digital Nations e Nações Unidas;

- g. Apoio às equipas internas da AMA na implementação de projetos transversais à AP;
  - h. Garantir o acompanhamento, a monitorização e reporte de todas as ações aos diferentes *stakeholders*, garantindo o cumprimento dos objetivos definidos para cada entidade;
  - i. Acompanhamento e apoio aos grupos de trabalho CTIC e às áreas governativas no cumprimento da Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2026 e do Plano de Ação para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2023;
  - j. Elaboração de documentos e implementação de planos de comunicação e *roadmaps* de implementação, nomeadamente:
    - i. Documentos de reporte;
    - ii. Documentos programáticos;
    - iii. *Guidelines* de ação;
    - iv. Documentos de comunicação externa, como apresentações ou promoção de ações.
  - k. Apoio à AMA no seu papel de Representante Ministerial da área governativa da Modernização do Estado e Administração Pública;
  - l. Acompanhamento e gestão operacional do site <http://tic.gov.pt>, e/ou outros que venham a ser desenvolvidos – nomeadamente para Programa Simplex e para Estratégia de Transformação Digital da AP 21-26;
  - m. Outras atividades conexas aos serviços objeto do presente caderno de encargos.
3. Todos os serviços a realizar e os entregáveis a apresentar deverão respeitar as políticas, boas práticas e os procedimentos definidos na Administração Pública e na AMA relativamente aos temas enunciados nos pontos anteriores do presente artigo.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Requisitos específicos de implementação para o tratamento de dados pessoais**

- 1. No âmbito dos serviços a realizar nomeadamente na gestão de projetos e em todos os entregáveis do projeto deverão ser tidos em conta os requisitos específicos de implementação para o tratamento de dados pessoais contemplando:
  - a) Gestão de permissões para os vários utilizadores que permita uma gestão ao nível de cada dado pessoal;
  - b) Funcionalidades que permitam:
    - i) Mascarar dados sensíveis de acordo com o nível de permissões do utilizador;





- ii) Apagamento, consulta, alteração/atualização, exportação/portabilidade dos dados;
- iii) Encriptação de dados sensíveis.
- c) Estruturas de dados que permitam:
  - i) Implementação de um modelo de dados que contemple categoria, finalidade, consentimento, fundamento, bem como outros atributos relacionados, e permita estabelecer as relações necessárias;
  - ii) Registo dos tempos de retenção por finalidade.
- d) Desenho de interface que permita:
  - i) Pesquisas por dados isolados assegurando a segregação por titular dos dados e/ou atributos;
  - ii) Informação e recolha de consentimento de forma contextualizada com a funcionalidade/página que procede à utilização dos dados pessoais.
- e) Mecanismos de registo de utilizador/data/hora de atividades CRUD (*Create, Read, Update, Delete*) sobre dados pessoais;
- f) Procedimentos automáticos para garantir que findo o período de retenção, os dados serão anonimizados, eliminados, encriptados ou renovado o período de retenção, e recolhido o consentimento caso seja aplicável, dependendo da finalidade ou fundamentação existente para a sua retenção;
- g) Segurança de redes e sistemas de informação em conformidade com os requisitos obrigatórios previstos no anexo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março, sempre que aplicáveis;
- h) Uma estrutura multicamada, composta pelas camadas de Apresentação ou *Front-end* (FE), Aplicacional (APP) e Base de dados (BD);
- i) A obrigatoriedade de representação detalhada da arquitetura da solução de acordo com estes e restantes requisitos nos entregáveis das várias fases que compõem o projeto, sujeitos à aprovação da AMA;
- j) A obrigatoriedade de nos entregáveis estar incluído um documento de “Conformidade com o RGPD”, no qual o cocontratante deve incluir o inventário de dados pessoais sujeitos a tratamento pela solução e sua categorização, funcionalidades, estruturas de dados e mecanismos de segurança implementados, bem como, a forma de cumprimento dos requisitos estabelecidos como obrigatórios previstos na alínea g), justificando os casos de não aplicabilidade.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Acessibilidade e Usabilidade**

1. No âmbito dos trabalhos a desenvolver, o cocontratante obriga-se a garantir que os entregáveis objeto deste procedimento cumprem as obrigações legais, os requisitos e as melhores práticas no que se refere às áreas





da Acessibilidade, Usabilidade e Experiência de Utilização dos sítios *Web* e das aplicações móveis, nomeadamente os seguintes fatores essenciais:

- a) Cumprimento do Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2016/2102, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 02 de dezembro de 2016, relativa à Acessibilidade dos sítios *Web* e das aplicações móveis dos organismos do setor público, nomeadamente o nível de conformidade “AA” das WCAG 2.1 do W3C, que equivale à norma europeia EN 301 549 harmonizada;
- b) Elaboração da Declaração de Acessibilidade e Usabilidade prevista nos Artigos 8.º e n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 83/2018, bem como as respetivas evidências, nos termos estipulados no referido diploma legal e nos sítios *Web* <https://selo.usabilidade.gov.pt/index.html> e <http://www.acessibilidade.gov.pt>;
- c) Cumprimento do Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), estabelecido nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, e aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2012, de 08 de novembro, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2018, de 5 de janeiro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 83/2018, nomeadamente quanto à alteração da Tabela III “Tecnologias de interface *Web*, incluindo acessibilidade, ergonomia, compatibilidade e integração de serviços”;
- d) Cumprimento dos requisitos do Selo de Usabilidade e Acessibilidade e respetiva aposição, de acordo os parâmetros definidos no sítio *Web* <https://selo.usabilidade.gov.pt/>, devendo garantir, em conjunto com a Declaração de Acessibilidade e Usabilidade, o nível mínimo de Selo Prata (<https://selo.usabilidade.gov.pt/prata.html>);
- e) Cumprimento das melhores práticas de Acessibilidade, Usabilidade e Experiência de Utilização coligidas nos sítios *Web* <http://www.acessibilidade.gov.pt/>, <https://usabilidade.gov.pt/menu-interior> e <https://selo.usabilidade.gov.pt/bronze.html>, em articulação com a Equipa de Experiência Digital, da Direção de Estratégias e Governo Digital da AMA.

#### **Cláusula 17.º**

##### **Gestão de Dados**

1. O cocontratante no âmbito das tarefas descritas na cláusula 14.ª deverá garantir que os entregáveis, contemplem os mecanismos necessários para a gestão de dados de modo a que os mesmos sejam guardados e disponibilizados à AMA em todo o ciclo de vida do produto.
2. Para os efeitos previstos no número anterior considera-se que “Dados” são:
  - a) Eventos correspondentes a uma sequência de símbolos qualificáveis ou quantificáveis, não assumindo significado por si só, tendo por base, observações, medições, acontecimentos;





- b) Considerados o idioma de entrada para um computador, sendo a informação o resultado de saída;
  - c) Estruturados, quando formatados, organizados numa estrutura predefinida, como por exemplo tabelas constituídas por linhas e colunas;
  - d) Não estruturados, quando não possuem uma formatação predefinida;
  - e) Qualquer texto ou algarismo, mesmo que possa não ser percecionado para o leitor, como são por exemplo dados para georreferenciação;
  - f) Independentemente do formato de entrega, todos os elementos registados e armazenados por um suporte digital devem ser complementados por um conjunto de informações que os ajudem a compreender, designados por Metadados, os quais podem ser estruturais, técnicos, descritivos, administrativos e de direitos;
  - g) Constituem exemplos de dados, algarismos, símbolos, texto, coordenadas, mensagens, imagens, sons e vídeo.
3. O(s) formato(s) dos dados deve(m) ficar definidos no âmbito da execução do contrato tendo em consideração as características dos dados e as necessidades específicas a que se destinam, como por exemplo a georreferenciação.
4. Fica prevista a disponibilização de dados abertos no portal dados.gov.pt, excluindo-se todos os dados sujeitos ao regime legal de proteção de dados pessoais, bem como informação considerada sensível por parte da AMA.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Requisitos específicos de implementação para a segurança da informação**

- 1. No decorrer da execução do contrato o cocontratante obriga-se a cumprir as políticas e procedimentos do SGSI- Sistema de Gestão de Segurança da Informação sempre que estes se apliquem.
- 2. O equipamento usado pelos consultores externos tem o Sistema Operativo atualizado, estão protegidos com sistemas antivírus e são regularmente verificados pelo cocontratante quanto à presença de *malware*.
- 3. Os equipamentos do cocontratante que contenham informação da AMA de nível superior a público devem estar encriptados para proteção da informação em caso de perda ou roubo do equipamento.
- 4. O cocontratante fica sujeito a política de gestão de fornecedores.
- 5. O cocontratante só terá acesso à informação necessária para execução do projeto após esta ser disponibilizada pela AMA. O acesso à informação, nomeadamente ao código fonte, será dado mediante abertura de acessos individuais ao consultor, após efetuado o respetivo pedido pelo gestor de projeto junto da Direção de Sistemas de Informação.





#### **Cláusula 19.ª**

##### **Perfil técnico dos recursos a afetar aos serviços**

1. O cocontratante deverá disponibilizar uma equipa de 2 consultores, de acordo com os seguintes perfis, com os seguintes requisitos mínimos:
  - a) Consultor Funcional/Gestor de Programa Sénior (*1 recurso*)
    - a. Requisitos mínimos obrigatórios
      - i. Licenciatura em áreas relacionadas com Engenharia, Gestão, Tecnologias e Processos;
      - ii. Mínimo de 4 anos de experiência profissional como gestor de projetos tecnológicos;
      - iii. Experiência mínima de 5 anos na definição da estratégia e implementação de projetos de transformação do setor público;
      - iv. Experiência relevante em projetos de definição de estratégia e de Transformação Organizacional.
    - b) Consultor Tecnológico/Gestor de Programa Júnior (*1 recurso*)
      - a. Requisitos mínimos obrigatórios
        - i. Licenciatura em áreas relacionadas com Engenharia, Gestão, Tecnologias e Processos;
        - ii. Mínimo de 2 anos de experiência profissional como analista de projetos tecnológicos;
        - iii. Experiência na participação em projetos de Transformação Digital na Administração Pública;
  2. Os cocontratantes deverão afetar inicialmente os recursos humanos técnicos indicados anteriormente, com uma disponibilidade correspondente ao regime de horário completo (8 horas/dia).

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Substituição das equipas**

1. Qualquer alteração à composição da equipa indicada em sede de formação do contrato deve ser previamente comunicada à AMA e só será aceite caso reúna os requisitos mínimos exigidos na cláusula anterior, podendo, para o efeito, ser solicitada informação e documentação adicional para confirmação dos elementos curriculares apresentados.
2. A substituição referida no número anterior deverá ocorrer da seguinte forma:
  - a) O cocontratante deverá, em 5 dias úteis, identificar o seu melhor recurso considerando os requisitos mínimos exigidos e obter a aceitação pela AMA;



- b) O cocontratante deverá assegurar que nos 5 dias úteis após a aceitação o recurso inicia a prestação do serviço.
- 3. Sempre que se constate a inadequação de algum elemento da equipa encarregue da execução dos serviços contratados, tendo em conta os requisitos exigidos e o comportamento comumente expectável, poderá a AMA exigir a sua substituição, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto nos números anteriores.

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Entregáveis e documentação**

1. Com o desenvolvimento dos trabalhos especificados na cláusula 14.ª do presente caderno de encargos pretende-se a entrega dos seguintes documentos.
  - a) Modelos de *Governance* e *Reporting* que respondam às expectativas quer a nível Político, quer aos níveis de Direção e Operação dos programas na AP;
  - b) Relatórios de análise, revisão, acompanhamento e execução dos objetivos fixados a curto, médio e longo prazo;
  - c) Operacionalização, acompanhamento e reporte dos Programas Simplex, Estratégia de Transformação Digital da AP 21-26, Estratégia Cloud da AP e de outras iniciativas que decorram das anteriores;
  - d) Proposta de indicadores e métricas para o projeto e iniciativas de modernização na AP e, em particular, na AMA;
  - e) Proposta de *dashboards* de controlo da execução para os vários níveis envolvidos nas iniciativas;
  - f) Pareceres, análises funcionais e técnicas necessárias para a implementação do projeto;
  - g) Relatórios regulares de gestão de projeto, planeamento e reporte;
  - h) Documentos de comunicação do projeto (Interna ou Externa);
  - i) Proposta de cláusulas técnicas, relatórios e outros documentos necessários para a contratação de recursos indispensáveis para a consecução dos objetivos definidos;
  - j) Atas das reuniões de projeto e das reuniões dos órgãos associados às estratégias;
  - k) Outras atividades relacionadas com as iniciativas definidas na cláusula 14.ª.
2. O cocontratante entregará à AMA estes documentos, conforme calendário dos trabalhos a acordar em sede de execução do contrato.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Gestor do Contrato**

1. O gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução contratual, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 290.º-A do CCP, será designado pela AMA no contrato.



2. O cocontratante deverá indicar a pessoa na sua organização que será responsável pela execução do contrato, e que será o interlocutor com o gestor do contrato designado pela AMA, bem como a pessoa responsável pelo tratamento de dados pessoais.
3. No âmbito do presente contrato, a AMA, através do gestor do contrato designado nos termos do número 1., procederá à avaliação do cocontratante, de acordo com a matriz de avaliação de que se encontra disponibilizada no site institucional da AMA, em: <https://www.ama.gov.pt/>.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Mecanismos formais de acompanhamento**

1. O cocontratante deverá apresentar, no início de cada semana, relatórios das atividades realizadas na semana anterior de que conste:
  - a) Data de início e Data de fim caso a atividade esteja concluída;
  - b) Esforço já realizado em horas;
  - c) Descritivo da atividade;
  - d) Estado da atividade;
  - e) Evidências quando aplicável.
2. O relatório semanal deverá ser aprovado no prazo de uma semana pelo gestor de contrato e servirá de base à faturação a realizar mensalmente.

